

COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA (2003-2010) – FORMAÇÃO DE CADETES DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS



AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

Hélio Dias de Araújo

Major do Serviço de Intendência, Mestre em Operações Militares, Especialista em Gestão da Administração Pública, Bacharel em Ciências Militares e Administração. Atualmente, exerce a função de Professor na Cadeira de Excelência Gerencial da Academia Militar das Agulhas Negras.

RESUMO

A presente investigação tem por finalidade analisar possíveis correlações entre o aumento da cooperação Brasil-África, no período de 2003-2010, a formação de cadetes, pertencentes aos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), matriculados no curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O quadro teórico foi construído por intermédio de pesquisas bibliográficas em obras da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), e do Ministério das Relações Exteriores; em artigos disponibilizados na Internet; e levantamento nos Anuários Estatísticos da AMAN. A pesquisa foi exploratória e descritiva. As informações quantitativas foram tratadas à luz da aplicação de instrumentos de cálculos, elaboração de tabelas e confecção de gráficos. Por fim, percebe-se que o aumento das relações estratégicas Brasil-África (2003-2010) favoreceu o incremento de cadetes africanos frequentando o curso de formação de oficiais da linha bélica do Exército Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1970, a vertente de cooperação Sul-Sul guiou a política externa brasileira de aproximação com a África. Assim, houve o reconhecimento da independência de estados africanos, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Em virtude das crises da década perdida e da concepção econômica-comercial brasileira de abertura

de mercados, existiu um distanciamento do continente africano. Contudo, a partir do final do século passado, a África passou a figurar como prioridade da agenda externa brasileira.

No início do século XXI, o incremento das relações cooperativas com o continente africano aumentou de relevância na agenda internacional do Brasil. Os laços históricos e a afinidade com a África favorecem as ambições geopolíticas e econômicas brasileiras. A intenção do Brasil em ocupar posição de *Global Player* impulsiona a colaboração técnica e os investimentos brasileiros naquela parte do mundo.

A Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa conferem destaque ao intercâmbio na área de defesa entre o Brasil e a África. Nesse alinhamento, a AMAN surge como importante componente para a cooperação na formação de oficiais combatentes dos exércitos das nações africanas. Além disso, contribui de maneira relevante para a projeção de poder brasileiro na África, na forma de *Soft Power*.

A presente investigação é relevante, pois tem por finalidade estudar possíveis correlações entre o incremento da cooperação Brasil-África, no período de 2003-2010, e a formação de cadetes, pertencentes aos países africanos da CPLP, matriculados no curso de formação de oficiais da AMAN. Essa faceta da interação na área de defesa evidencia a participação do Exército Brasileiro no esforço brasileiro de reaproximação com o continente africano e fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A pesquisa foi exploratória no sentido de buscar uma penetração maior no assunto, em virtude da inexistência de uma análise com a profundidade necessária.

Descritiva na concepção de buscar caracterizar na população (amostra) os traços semelhantes à formação de cadetes oriundos da CPLP na AMAN.

À luz dos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa foi: bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois se buscou o embasamento teórico, para o assunto em tela, em livros de leitura corrente e artigos científicos disponíveis na Internet. Documental em virtude da coleta de informações haver sido implementada também em documentos oficiais, ou seja, informações ricas, estáveis e que subsistem ao longo do tempo.

A ponte sobre o atlântico que vem se edificando nos últimos anos, entre o Brasil e a África, possui participação efetiva dos militares brasileiros. A formação de oficiais africanos nas diversas especialidades oferecidas pela AMAN contribui para o desenvolvimento dos sistemas operacionais dos exércitos dos países lusófonos da CPLP.

2 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA

2.1 ÁFRICA COMO PRIORIDADE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Nos últimos anos, a África se revestiu em região de oportunidades com indicações positivas nos segmentos econômico e de governança se apresentando como nova fronteira de parcerias e mercados. (IPEA, 2011).

A África por si só é um mundo. É muito frequente, principalmente no Ocidente, enxergar na África um continente sem grandes diferenciações internas, como se o que acontecesse no sul estivesse acontecendo em qualquer outra parte da África ou com ela estivesse relacionado. Nada mais equivocado. O continente africano é diverso, multicultural, multiétnico e possui distintos processos políticos e econômicos. (FILHO, 2006, p. 101).

A partir de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ordenou que as relações com a África fossem priorizadas pela política externa brasileira. Essa relevância do continente africano é ratificada pela importância da cooperação Sul-Sul conferida pelo governo brasileiro. Assim, a aproximação brasileira da África favoreceu maior interação no vetor da defesa e segurança, com a finalidade de colaborar com a manutenção da paz e segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento tecnológico (BRASIL..., 2012).

Na área da Defesa, em particular, há grande espaço

para a cooperação entre o Brasil e países e organismos regionais africanos, no que diz respeito à manutenção da paz e segurança internacionais; solução de conflitos regionais; colaboração no ordenamento e exploração dos recursos do Oceano Atlântico Sul; e **desenvolvimento de capacidades em pessoal (capacitação de militares)** e material (indústria de defesa). (BRASIL, 2012, p. 1, grifo nosso).

A cooperação do Brasil e da África Ocidental é alicerçada na construção do Atlântico Sul livre de tensões bélicas e armas nucleares. Assim, conforme a Resolução 41/11, da Assembleia das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986, o Oceano Atlântico, na região situada entre a África e América do Sul, representa uma zona de paz e de cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Essa zona contempla os países lusófonos africanos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Nesse contexto de relevância africana, o Ministro da Defesa, Sr Celso Amorim, na abertura do Seminário “Política de Defesa e Projeto Nacional de Desenvolvimento”, realizado em Brasília, em 4 de junho de 2012, afirmou que:

Temos buscado incrementar a nossa cooperação com os países africanos. A África tem enorme importância estratégica para o Brasil. Costuma-se esquecer que a distância do Recife ou de Natal até Dacar é menor que a dessas cidades a Porto Velho ou Rio Branco, ou que nossa Zona Econômica Exclusiva no Atlântico não está a grande distância daquela de Cabo Verde. [] A cooperação entre o Brasil e seus parceiros africanos é uma ferramenta para garantir que o Atlântico Sul siga como uma via segura de comércio. (AMORIM, 2012, p. 4).

Esse posicionamento do Ministro da Defesa está alinhado com a Política de Defesa Nacional (PDN), estabelecida pelo Decreto nº 5.484/2005. A PDN assevera, quanto ao ambiente regional e o entorno estratégico, que:

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a **projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África**. (grifo nosso).

Além disso, a PDN “atribui prioridade aos países da América do Sul e da **África**, em especial aos da África Austral e aos de **língua portuguesa**, buscando aprofundar seus laços com esses países.” Nesse cenário, a intensificação do “intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da **África, limítrofes ao Atlântico**

Sul” representa uma diretriz estratégica da Política de Defesa Nacional. (BRASIL, 2005, grifo nosso).

2.2 COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) surgiu em julho de 1996, em Lisboa, por meio da reunião de cúpula (Cimeira Constitutiva) dos mandatários de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Após seis anos, em maio de 2002, com a emancipação política, o Timor-Leste se integrou à Comunidade. (COMO SURTIU..., 2012). Essa organização se reveste de ambiente favorável em que os Estados Membros se beneficiam com as ligações étnicas, históricas, culturais e linguísticas comuns.

De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a vanguarda da cooperação brasileira junto ao continente africano engloba os países lusófonos. “A cooperação brasileira prestada a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde corresponde a 55% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África.” (ABC, 2010, p. 8).

O Estatuto da CPLP (2007, p.1), estabelece como um dos objetivos gerais a “cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, **defesa**, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social”. (grifo nosso). Nesse alinhamento, nos últimos anos, a CPLP elevou a periodicidade das reuniões institucionais em diversas áreas da gestão pública, como agricultura, saúde, trabalho, defesa, justiça, dentre outros.

Os Encontros de Medicina Militar e os Exercícios Militares Conjuntos e Combinados– Série “Felino” são exemplos de intercâmbios da CPLP na área de defesa. Os Encontros de Medicina Militar se desenvolvem com todos os membros da comunidade desde 1999. A última reunião foi realizada em Cabo Verde, em outubro de 2010. Naquela ocasião, foi criada uma rede de vigilância de epidemias com destaque para a AIDS. (FELDMAN, 2010). Há previsão de um novo encontro no transcorrer de 2012. (AMORIM, 2011).

O Exercício Felino é realizado, desde 2000, em forma de rodízio, pelos membros da CPLP. Essa cooperação busca atingir a “interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da Comunidade e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas, respeitadas

as legislações nacionais.” (FELINO ..., 2011). A configuração da operação vem sendo aperfeiçoada com a finalidade de otimizar os custos envolvidos e favorecer a consolidação de bancos de dados com relato de experiências e lições aprendidas. (AMORIM, 2011, p. 1, grifo nosso). Há previsão de realização do Exercício Felino em Angola (2012) e Brasil (2013). (DECLARAÇÃO ..., 2011)

A PDN estabelece que a “intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores”. (BRASIL, 2005).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) fixa que o:

Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o **intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas**, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa**. (BRASIL, 2008, grifo nosso).

A cooperação entre o Brasil e a CPLP, no período 2003-2010, é alicerçada no pilar do estreitamento das relações Sul-Sul, diferindo das formas de interação que caracteriza os entendimentos Norte-Sul. Nesse cenário, a cooperação brasileira é efetuada sem a exigência de condicionalidades e com o envolvimento direto de instituições brasileiras de renomada expertise técnica em áreas estratégicas para o desenvolvimento dos países parceiros, como é o caso da Academia Militar das Agulhas Negras, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Fundação Oswaldo Cruz (BRASIL, 2012b).

Nesse cenário colaborativo, o Sr Ministro de Estado da Defesa do Brasil, Celso Amorim, afirmou na sessão de abertura oficial da XIII Reunião de Ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 28 de novembro de 2011, em Cabo Verde, que “no campo da formação e capacitação das Forças Armadas, prestamos assistência técnica no exterior e disponibilizamos vagas para praças e **oficiais em escolas militares brasileiras**.” (AMORIM, 2011, p. 1, grifo nosso).

“A crescente difusão da imagem do Brasil e dos resultados positivos alcançados pela cooperação prestada faz com que cada vez mais países se interessem pelos benefícios da cooperação sul-sul brasileira.” (ABC, 2010, p. 9).

3 ENSINO NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

A formação do oficial na AMAN acontece ao longo do período de quatro anos. As atividades efetuadas se fundamentam no desenvolvimento de atributos das áreas afetiva, cognitiva e psicomotora necessários à profissão militar. O currículo contempla disciplinas ligadas às ciências militares, exatas e humanas. O cadete, ao final do curso, é declarado Aspirante-a-Oficial e recebe o diploma de Bacharel em Ciências Militares. (ACADEMIA ..., 2012). Com efeito, a missão institucional da AMAN é formar o Aspirante-a-Oficial das Armas, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico, habilitando-o para os cargos de tenente e capitão não aperfeiçoado; graduar o bacharel em Ciências Militares; e iniciar a formação do chefe militar (MISSÃO, 2009).

Os cursos da AMAN são organizados em duas fases distintas. Em um primeiro momento – 1º ano (Curso Básico) e 2º ano (Curso Avançado) –, os cadetes são submetidos a uma grade curricular comum. No início do 3º ano, o cadete, de acordo com o seu mérito intelectual, escolhe um dos cursos oferecidos – Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Serviço de Intendência, Comunicações ou Quadro de Material Bélico. Nessa segunda fase da formação, dois últimos anos da AMAN, as matérias relacionadas às ciências militares são diferentes, conforme as especificidades de cada curso. (O ENSINO ..., 2009).

Para os cadetes das nações amigas da África, a escolha do curso é realizada de acordo com as diretrizes de cada exército. Assim, o mérito intelectual não é o condicionador da decisão do cadete africano. Como os cadetes brasileiros, os membros da CPLP podem escolher dentre os sete cursos ofertados na AMAN para formar os seus futuros oficiais.

A Infantaria é uma das armas base do Exército Brasileiro, integrante do sistema operacional manobra. O curso de infantaria busca formar combatentes aptos a atuar em variados ambientes operacionais, como caatinga, selva, pantanal e montanha; e a integrar tropas de infantaria motorizada, blindada e leve. (INFANTARIA, 2009)

A Cavalaria é a outra arma base do Exército Brasileiro, pertencente ao sistema operacional manobra, caracterizada pela alta mobilidade, elevada potência de fogo, ação de choque, proteção blindada e sistema de comunicações amplo e flexível. Aos cadetes são ensinadas

as tradições da Cavalaria hipomóvel e as características técnicas e táticas das viaturas sobre rodas e sobre lagartas de dotação do Exército. (CAVALARIA, 2008).

A Artilharia é uma arma de apoio ao combate e constitui o principal vetor do sistema operacional apoio de fogo do Exército Brasileiro. Tem por missão principal apoiar as armas base (Infantaria e Cavalaria) pelo fogo de canhões, de obuseiros, de foguetes e de mísseis dos variados calibres. O cadete de artilharia aprende a conduzir o tiro de artilharia, realizar os encargos da central de tiro da bateria e do grupo de artilharia de campanha e comandar a linha de fogo. (ARTILHARIA, 2008).

“A Engenharia é a arma de apoio ao combate que tem como missão principal apoiar a mobilidade, a contramobilidade e a proteção, caracterizando-se como um fator multiplicador do poder de combate.” (ENGENHARIA, 2008). Aos cadetes de engenharia são ensinados conhecimentos técnicos especializados sobre fortificações, equipamentos de navegação, camuflagem e construção de instalações. (ENGENHARIA, 2008).

O Serviço de Intendência integra o sistema operacional logístico do Exército Brasileiro. A Intendência é responsável por boa parte das atividades logísticas, principalmente aquelas ligadas à administração, de uma forma geral, e ao suprimento de diversos tipos, tanto na paz como no teatro de operações de guerra. O cadete intendente aprende a realizar os suprimentos de alimentação, de fardamento; prestar apoio de banho e de lavanderia para a tropa apoiada. Além disso, estuda temas relacionados à administração pública, como licitações e contratos, gestão orçamentária e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). (INTENDÊNCIA, 2012).

Arma de Comunicações é vital ao sistema operacional comando e controle e é responsável pelo planejamento e gerenciamento dos meios de comunicações dos grandes comandos, coordenando diversos sistemas e equipamentos para que o comando seja exercido com eficácia e com segurança. O cadete de comunicações inicia o seu aprendizado pelo estudo básico de eletrônica, de criptografia e de sistemas computacionais, chegando aos modernos equipamentos utilizados na chamada guerra cibernética. (COMUNICAÇÕES, 2008).

O Quadro de Material Bélico integra o sistema operacional logístico sendo responsável por realizar o suprimento e a manutenção de diversos tipos de materiais de emprego militar, de viaturas a armamentos, além de realizar a destruição de engenhos falhados e a coleta e evacuação de material salvo e capturado do inimigo. O cadete de material bélico estuda desde a mecânica de automóveis e de viaturas blindadas, passando pelo funcionamento e manutenção de equipamentos ópticos,

até armamentos e munições de diversos gêneros. (MATERIAL BÉLICO, 2008).

Percebe-se que, com exceção das armas de Infantaria e Cavalaria, os cursos da AMAN formam oficiais aptos a realizarem apoio ao combate nas vertentes de apoio de fogo, mobilidade, contramobilidade, proteção, apoio logístico e comando e controle.

Tabela 2 – Matrículas das Nações Amigas e lusófonas africanas na AMAN – 2003-2010

Origem	Anos								Total
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Total das Nações Amigas	5	2	6	7	7	13	11	11	62
Países CPLP - África	0	0	3	4	2	8	9	7	33
% CPLP - África	0,0%	0,0%	50,0%	57,1%	28,6%	61,5%	81,8%	63,6%	53,2%

Fonte: Anuários Estatísticos da AMAN – 2003-2010

4 CADETES DE PAÍSES AFRICANOS DA CPLP NA AMAN (2003-2010)

De acordo com Nunes (2009), o ensino e a formação militar representa um espectro a ser aprofundado no relacionamento entre os lusófonos africanos e o Brasil. Assim, a AMAN confere boa oportunidade para o estreitamento dos laços na formação de oficiais para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique.

A cooperação da AMAN na formação de oficiais dos países da CPLP na África se iniciou com a chegada dos primeiros Cadetes de origem angolana no final do século passado. Até o ano de 2003, havia ingressado na AMAN 26 (vinte e seis) Cadetes oriundos de Angola. Desse montante, 20 (vinte) foram declarados Aspirantes-a-oficial. (ANUÁRIO, 2003). Dessa maneira, não existia intercâmbio para a formação de oficiais combatentes com os demais lusófonos da África.

No período entre 2003-2010, o ingresso de Cadetes, das nações africanas pertencentes à CPLP, foi o seguinte:

Tabela 1 – Ingresso de cadetes das nações africanas da CPLP (2003-2010)

Países	Anos								Total
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Angola	0	0	2	3	0	7	2	0	14
Moçambique	0	0	0	0	0	0	3	5	8
Guiné-Bissau	0	0	0	0	2	1	0	0	3
Cabo Verde	0	0	1	1	0	0	1	1	4
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Total	0	0	3	4	2	8	9	7	33

Fonte: Anuários Estatísticos da AMAN – 2003-2010

Fica evidenciado na Tabela 1 que houve um incremento no intercâmbio do Brasil com os países lusófonos africanos no período de 2003-2010. Por conseguinte, além da tradicional parceria com Angola, os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na África enviaram os primeiros Cadetes para frequentar o curso de formação de oficial da linha bélica do Exército Brasileiro.

A Tabela 2 apresenta a relação entre os ingressos de Cadetes de Nações Amigas, como Paraguai, Bolívia, Venezuela, e Peru, e os oriundos dos membros da CPLP na África.

Percebe-se, pelas informações espelhadas na Tabela 1, que mais da metade dos cadetes das Nações Amigas que ingressaram no curso de formação de oficial da AMAN, no período de 2003-2010, é originária de Estados-Membros da CPLP na África. Constata-se que este índice supera os tradicionais intercâmbios com os países da América Latina.

O Gráfico 1 evidencia as escolhas de cursos realizadas pelos cadetes lusófonos da África.

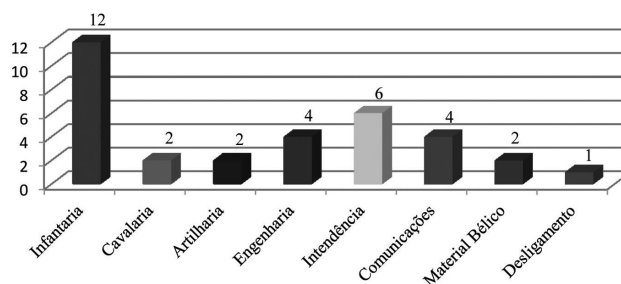


GRÁFICO 1 – Escolhas de cursos dos cadetes lusófonos da África (2007-2012)
Fontes: Anuários Estatísticos da AMAN (2003-2010) e Boletins Internos AMAN (2011 e 2012)

As armas base (Infantaria e Cavalaria) obtiveram a escolha de 14 cadetes africanos da CPLP (42,42% do total de escolhas efetuadas). Nesse viés, a Infantaria foi a opção 12 cadetes (85,71% das escolhas relativas às armas base), enquanto a Cavalaria representou a

escolha de 2 cadetes (14,29% das opções referentes às armas base). Portanto, evidencia-se o interesse das nações lusófonas da África pelos conhecimentos do sistema operacional manobra empregados pela Infantaria do Exército Brasileiro.

Os demais cursos que abarcam os apoios ao combate foram selecionados por 18 cadetes lusófonos africanos (54,55% do total de escolhas realizadas). Nesse vetor, o Serviço de Intendência foi o protagonista com 6 (seis) escolhas (33,33% das opções concernentes aos apoios). Em seguida, a Engenharia e as Comunicações foram as especialidades mais buscadas com 4 (quatro) opções cada curso. Por fim, a Artilharia e o Quadro de Material Bélico foram contemplados com 2 (dois) cadetes da CPLP. Registra-se que houve o desligamento de um cadete de Angola (3,03%). Por conseguinte, o sistema operacional logístico, representado pelo Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico, com 8 (oito) escolhas concretizadas, foi o apoio ao combate mais procurado pelos africanos da CPLP. Nesse alinhamento, ratifica-se a importância da logística para o sucesso das operações militares em todos os conflitos mundiais.

A Tabela 3 demonstra os cursos escolhidos pelos cadetes dos países africanos da CPLP que ingressaram na AMAN no período de 2003 até 2010.

Tabela 3 – Cursos escolhidos pelos países lusófonos da CPLP da África (2007-2012)

Países da CPLP	Cursos							Total Países
	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia	Intendência	Material Bélico	Comunicações	
Angola	4	2		1	4	1	1	13
Moçambique	4			1	1	1	1	8
São Tomé e Príncipe	1			1	1		1	4
Guiné Bissau	1		1	1				3
Cabo Verde	2		1				1	4
Total Cursos	12	2	2	4	6	2	4	32

Fontes: Anuários Estatísticos da AMAN (2003-2010) e Boletins Internos da AMAN (2011 e 2012).

Observação: os cadetes que ingressaram na AMAN em 2010 escolheram os respectivos cursos em 2012.

Constata-se que os cadetes angolanos estão distribuídos de maneira equilibrada pelos sistemas operacionais manobra (Infantaria e Cavalaria) com 6 (seis) integrantes e logístico (Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico) com 5 (cinco) componentes. Nesse cenário, Angola evidencia balancear o binômio manobra-apoio logístico na formação dos cadetes

enviados ao Brasil para cursar a AMAN no período investigado.

Moçambique é o segundo maior contribuinte da CPLP em número de cadetes cursando a AMAN. Os moçambicanos enfatizam o sistema manobra com ênfase na formação de oficiais de infantaria. No contexto dos apoios ao combate, os sistemas operacionais selecionados por Moçambique foram ecléticos. O vetor da mobilidade, contramobilidade e proteção (Engenharia) foi alvo da escolha de 1(um) cadete. A linha do apoio logístico representou o desejo dos moçambicanos em duas oportunidades. O espectro do comando e controle (Comunicações) foi a opção de 1(um) integrante desse país lusófono da costa oriental da África. Portanto, Moçambique vem colhendo ensinamentos doutrinários em diferentes sistemas operacionais do Exército Brasileiro por meio dos cursos realizados por seus cadetes na AMAN.

No que tange aos demais países da CPLP na África, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, o intercâmbio é menor. Nesse alinhamento, a procura pelos cursos de apoio ao combate supera as escolhas formuladas pelo sistema operacional manobra. Diferente dos angolanos, esses países não privilegiaram o sistema operacional logística nas suas preferências de apoio ao combate.

Percebe-se que a cooperação do Exército Brasileiro na área de defesa, por intermédio da formação de oficiais das nações amigas africanas integrantes da CPLP pela Academia Militar das Agulhas Negras, é fator que contribui para a projeção do Soft Power brasileiro no contexto internacional. Além disso, favorece a edificação de parcerias estratégicas com os países lusófonos africanos e o esforço do Brasil para a consolidação da ZOPACAS.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Defesa Nacional (2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008) convergem no aspecto de priorização da cooperação na área de defesa com os países africanos de Língua Portuguesa e os da África Ocidental (lindeiros ao Oceano Atlântico). Assim, a colaboração da Academia Militar das Agulhas Negras na formação de oficiais combatentes das Forças Armadas dessas nações amigas está alinhada com a PDN e END.

Os vários cursos disponíveis na AMAN contribuem para a capacitação diversificada dos oficiais lusófonos. Com efeito, a formação dos cadetes africanos acontece

abarcando todos os sistemas operacionais disponíveis. Todavia, a predominância reside nos sistemas operacionais manobra e logística.

Por fim, o intercâmbio entre os militares do Brasil e os países da CPLP constitui uma faceta para a consolidação da paz no Atlântico Sul e alavancagem do *Soft Power* brasileiro na busca pela democratização da governança global no novo milênio e pela defesa dos seus interesses políticos e econômicos no continente africano.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Militar das Agulhas Negras. Disponível em: < <http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/aman> >. Acesso em: 27 jun. 2012.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). A cooperação técnica do Brasil para a África. Disponível em: < http://www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2012.
- AMORIM, Celso. A cooperação de defesa na CPLP. Sessão de abertura oficial da XIII Reunião de Ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes03/cplp_novembro_2011.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2012.
- _____. Aspectos do panorama global de segurança e a política de defesa do Brasil. Seminário Política de Defesa e Projeto Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/discurso_panorama_global_seguranca_defesa_brasil_junho_2012.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2012.
- ARTILHARIA. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=59&Itemid=110 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm >. Acesso em: 27 jun. 2012
- _____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2012
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. África-Defesa. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.14-africa-defesa/view> >. Acesso em: 27 jun. 2012
- _____. África-CPLP. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.1-africa-cplp/view> >. Acesso em: 27 jun. 2012b
- CAVALARIA. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=109 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- COMO SURTIU? Disponível em: < <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241> >. Acesso em: 27 jun. 2012
- COMUNICAÇÕES. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=112 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- DECLARAÇÃO Final. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2011/mes12/declaracao.pdf> >. Acesso em: 27 jun. 2012
- ENGENHARIA. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=60&Itemid=111 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- ESTATUTO. Disponível em: < <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=49> >. Acesso em: 27 jun. 2012
- FELINO 2010 - juntam Forças Armadas. Disponível em: < <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=145&PID=6503&M=NewsV2&Action=1&NewsId=1605¤tPage=2> >. Acesso em: 27 jun. 2012
- FEDMAN, Ethel. Militares da CPLP criam rede de vigilância de epidemias como a Sida. Disponível em: < <http://vihsidanoticias.wordpress.com/2010/10/25/militares-da-cplp-criam-rede-de-vigilancia-de-epidemias-como-a-sida/> >. Acesso em: 27 jun. 2012
- FILHO, Pio Penna. África e o Oriente Médio no contexto internacional. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos (Org). Política internacional contemporânea: o mundo em transformação. São Paulo: Saraiva, 2006.
- INFANTARIA. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=108 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- INTENDÊNCIA. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=113 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2012b
- MATERIAL BÉLICO. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=114 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. Anuários Estatísticos da AMAN (2003-2010). Resende: AMAN, 2010.
- MISSÃO. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=30 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- NUNES, Rogério Marques. A formação militar como fator de integração dos países lusófonos. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=388&Itemid=60 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- O ENSINO na AMAN – visão global. Disponível em: < http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=43 >. Acesso em: 27 jun. 2012
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolução 41/11, da Assembleia das Nações Unidas, de 27 de outubro de 1986. Disponível em: < <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm> >. Acesso em: 27 jun. 2012